



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MILCA SOARES DOS SANTOS

**CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE
INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA PESQUISA CONTÁBIL**

JOÃO PESSOA-PB

2021

MILCA SOARES DOS SANTOS

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA PESQUISA CONTÁBIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal da Paraíba como requisito
básico para a conclusão do Curso de Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof. Robério Dantas de Franca

JOÃO PESSOA-PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237c Santos, Milca Soares Dos.

Características da Produção Acadêmica sobre Instituições
Religiosas na Pesquisa Contábil / Milca Soares Dos Santos. - João
Pessoa, 2021.
38 f.

Orientação: Roberio Dantas de Franca. TCC (Graduação)
- UFPB/CCSA.

1. Contabilidade. 2. Instituições religiosas. 3. Terceiro Setor.
4. Inserção tributária. 5. Imunidade tributária. I. Franca, Roberio
Dantas de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 657

MILCA SOARES DOS SANTOS

**CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE
INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA PESQUISA CONTÁBIL**

Relatório final, apresentado a
Universidade Federal da Paraíba, como
parte das exigências para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

João Pessoa, 10 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



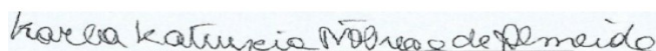
Presidente: Prof. Robério Dantas de Franca

Instituição: UFPB



Membro: Prof. Dr. Gilberto Magalhães

Instituição: UFPB



Membro: Prof.ª Dr.ª Karla Katiuscia Nobrega De Almeida

Instituição: UFPB

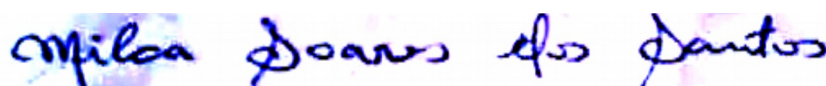
DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Milca Soares dos Santos, matrícula n.º 11213739, autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NA PESQUISA CONTÁBIL, orientada pelo professor Dr. Robério Dantas de Franca, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2021. 2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel (a), declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmando que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro -, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 25 de novembro de 2021.



Assinatura da discente



Assinatura do orientador

Dedico este trabalho aos meus pais
(JOÃO JERÔNIMO E MIRTES SOARES),
por todo o esforço, a dedicação e o apoio
em cada momento de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia e socorro presente na hora da angústia, pela sua bondade e infinita misericórdia, dar-me forças nos momentos mais difíceis, coragem pra não desistir quando a situação fugia ao meu controle e por me capacitar a chegar até aqui.

Aos meus pais João Jerônimo (in memoriam) e Mirtes Soares, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Ao meu esposo, Paulo Sérgio, que acima de tudo é um grande amigo, sempre presente nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo e às minhas filhas, por toda compreensão e amor.

Aos meus amigos de curso, Josivania Ramos, Jefferson Pereira, Joabe Demétrio e Natan Dias pela parceria, incentivo e solicitude em ajudar. A experiência de uma produção compartilhada com esses amigos nesse curso foi a melhor experiência da minha formação acadêmica.

Deixo um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Robério Dantas de Franca, por aceitar conduzir o meu trabalho, pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto de pesquisa.

“A coisa mais indispensável a um homem
é reconhecer o uso que deve fazer do seu
próprio conhecimento.”

Platão

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo buscar publicações sobre um das entidades que compõe o Terceiro Setor que são as Instituições religiosas. O presente trabalho tem o intuito de nos fazer pensar sobre a importância da contabilidade para as entidades sem fins lucrativos, particularmente as Organizações Religiosas principalmente na relevância de entender como a academia trata o tema através de suas publicações e quais as características que tais produções têm apresentado. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: conceituar Terceiro Setor, imunidade e isenção tributária das instituições religiosas como, também, sua contabilidade, gestão e organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado. A metodologia adotada para este estudo foi o método bibliométrico, com base em pesquisas em artigos e publicações em periódicos. As Instituições religiosas são um nicho que está em crescimento notável em todas as suas formas, independente de qual seja a religião que a componha, e por essa razão merecem um olhar mais cuidadoso e atento da parte dos pesquisadores. Foram encontradas num intervalo de 2010 a 2021, as seguintes informações: nos eventos de contabilidade, 2 (duas) publicações, na plataforma Spell, 8 (oito) e nos Periódicos Qualis A2 a B3, não foi encontrado nenhum artigo publicado no período acima citado.

Palavras-chave: Terceiro Setor; contabilidade do terceiro setor; Instituições religiosas; contabilidade de Instituições religiosas..

ABSTRACT

This work aims to seek publications on one of the entities that make up the Third Sector, which are religious institutions. This paper aims to make us think about the importance of accounting for non-profit entities, particularly Religious Organizations, mainly in the relevance of understanding how academia treats the topic through its publications and what characteristics such productions have presented. Therefore, the following specific objectives were defined: conceptualize the Third Sector, immunity and tax exemption of religious institutions as well as their accounting, management and religious organizations as legal entities under private law. The methodology adopted for this study was the bibliometric method, based on research in articles and publications in journals. Religious Institutions are a niche that is growing remarkably in all its forms, regardless of which religion it is composed of, and for this reason deserve a more careful and attentive, look on the part of researchers. The following information was found in a range from 2010 to 2021: in accounting events, 2 (two) publications, in the Spell platform, 8 (eight) and in Qualis Periodicals A2 to B3, no article published in the aforementioned period was found.

Keywords: Third Sector; third sector accounting; Religious institutions; accounting of religious institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 - Imunidade x isenção tributária -----	23
TABELA 2 – Periódicos de contabilidade classificados com Qualis b3 a a2 -	25
TABELA 3 – Nº DE ARTIGOS POR SISTEMA DE BUSCA (LOCAL) -----	26
TABELA 4 – BUSCA POR EVENTOS DE CONTABILIDADE-----	28
TABELA 5 – BUSCA SPELL -----	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPCONT	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
SIGAA	Sistema Integrado de Gerenciamento de Atividades Acadêmicas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA -----	15
1.2 OBJETIVOS -----	15
1.2.1 Geral -----	15
1.2.2 Específicos -----	15
2. JUSTIFICATIVA -----	16
3. REVISÃO DE LITERATURA -----	17
3.1 CONCEITUANDO O TERCEIRO SETOR -----	17
3.2 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, CONTABILIDADE E GESTÃO -----	18
3.3 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS COMO PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO -----	21
3.4 IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA NO TERCEIRO SETOR ----	22
3.4.1 Isenção tributária nas instituições religiosas -----	24
4. METODOLOGIA DA PESQUISA-----	25
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	33
REFERÊNCIAS -----	34
APÊNDICE I- Referências dos artigos utilizados no estudo -----	37

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade estuda e controla o patrimônio das entidades, tenham elas fins lucrativos ou não, onde ela é capaz de produzir as informações necessárias para serem repassadas às pessoas interessadas. Atualmente, há um alto índice de exigência da divulgação dos resultados, ou seja, prestação de contas, tanto para uma empresa com fins lucrativos, quanto para as entidades sem fins lucrativos e, para se ter uma informação transparente, é necessário o uso correto da contabilidade, pois é uma ferramenta que ajuda na demonstração das receitas e despesas (SALES, 2013).

A sociedade civil atualmente está dividida em três setores: o primeiro setor é constituído pelo Governo/Estado, o segundo setor composto pelas empresas privadas e o terceiro setor, que abrange as Entidades Sem Finalidade Lucrativa-ESFL, as quais podem ser chamadas ainda de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCSIP's,).

O Governo tem como principal fonte de receita a arrecadação de impostos pagos pelos cidadãos, recursos estes que devem retornar a própria população através de bens e serviços. O segundo setor representado pelo Mercado apresenta como principal fonte de receita valores adquiridos através das movimentações de compra e vendas realizadas por empresas privadas. As Entidades Sem Fins Lucrativos têm como principal fonte de receita as subvenções governamentais concedidas pelo Estado, além das doações de membros e associados que as frequentam.

Dentre as entidades que compõem o Terceiro setor, encontram-se as Instituições religiosas, foco principal desse trabalho. A necessidade de pesquisas, publicações em artigos, por parte das instituições de educação superior e de outros profissionais da área, para que obtenham discussões sobre o assunto, surge pelo fato de existir poucas pesquisas quando se refere às instituições religiosas já que existem poucas obras bibliográficas com ênfase nessa área, fato esse que foi observado ao longo desse trabalho e, as pesquisas têm o papel de contribuir na manutenção das informações desse setor.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Há um tema que deve merecer a preocupação dos gestores das instituições do Terceiro Setor e das organizações religiosas, uma vez que sua gestão deve primar pela transparência e o princípio da economicidade, e isso neste tempo tem suscitado questionamentos, pois na busca de captação de recursos hoje se quer saber qual é a situação econômico- financeira da instituição. Os gestores precisam ter alguma noção de análise de balanço patrimonial; à guisa de ajuda, seguem alguns índices que sem ser profundos na apresentação do tema, podem contribuir para se ter uma ideia da situação da instituição (OLIVEIRA, 2014).

Devido à importância da contabilidade e gestão para as entidades religiosas, a pergunta de pesquisa a ser respondida é: **Quais as características da produção científica sobre instituições religiosas nos periódicos de contabilidade nacionais?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Evidenciar as características das publicações sobre instituições religiosas nos periódicos de contabilidade nacionais classificados no Qualis B3, B2, B1 e A2.

1.2.2 Específicos

1. Caracterizar as entidades do terceiro setor e o sistema Qualis de avaliação de periódicos;
2. Apresentar as características das publicações identificadas por meio de um estudo bibliométrico.

2. JUSTIFICATIVA

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE em 2016, as instituições religiosas correspondem a 35,1% de representatividade no FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos). É necessário considerar a relevância e a estabilidade das instituições religiosas dentro do terceiro setor, apesar das crises. Torna-se relevante e oportuno o conhecimento da contabilidade em instituições religiosas aos profissionais da área contábil, da administração pública e sociedade em geral. O funcionamento dessas entidades se dá por intermédio de doações, por isso é imprescindível a transparência nos métodos e demonstrações efetuadas. Além disso, tais instituições devem prestar contas e oferecer informações ao governo. Nesse contexto, surge à figura do contador, responsável pela elaboração e divulgação das informações, que por sua vez irão auxiliar o administrador na tomada de decisão.

Sendo a contabilidade um instrumento de gestão e auxílio nas tomadas de decisões, o presente trabalho tem o intuito de contribuir e nos fazer refletir sobre a importância dela para as entidades sem fins lucrativos, particularmente as Organizações Religiosas. Portanto, é relevante entender como a academia lida com o tema através de suas publicações e quais características essas produções apresentam.

3. REVISÃO DE LITERATURA

O terceiro setor surge na necessidade da separação de Entidades de cunho privado, mas visam o bem-estar público, norteadas pelo direito privado com o objetivo de agregar valores sociais. Smith (1991) afirma que, o surgimento do termo se deu em meados dos anos 70, pois as ESFL precisavam se distinguir das empresas privadas e das entidades Estatais.

Albuquerque (2006) dispõe que, tanto na Europa quanto na América começaram movimentos associativos nos séculos XVI e XVII, no início com caráter político ou religioso, posteriormente, por volta dos anos de 1800 surgiram os sindicatos trabalhistas e as associações patronais.

De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social (2008), as organizações da sociedade civil adquiriram força ao fim de regime militar no Brasil, a nova estrutura democrática enfatizou ações voltadas à população, relacionadas às questões de exclusão social, etc., no entanto, não manifestou no primeiro momento preocupações ligadas aos aspectos legais e institucionais de uma entidade no que tange às relações jurídicas.

3.1 CONCEITUANDO O TERCEIRO SETOR

Para Maria Tereza Fonseca Dias “tem-se como terceiro setor o conjunto de pessoas jurídicas de direito privado, institucionalizadas e constituídas conforme a lei civil, sem fins lucrativos, que perseguem finalidades de interesse público”.

Segundo Boaventura de Souza Santos, “são instituições que tentam realizar o compromisso prático entre a eficiência e a equidade em atividades sociais, adotando a flexibilidade operacional típica de pessoas privadas sem prejuízo da busca de equidade social inerente à qualquer instituição pública”.

O art. 2º, da Casa Civil Brasileira (Lei n.13.019, de 31 de julho de 2014) disciplina in verbis, alterado pela lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, como define o terceiro setor como:

Entidade privada sem fins lucrativos que não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva. (BRASIL, 2015).

O termo terceiro setor varia de acordo com as culturas dos países, podendo ser chamado de: “setor da caridade”, “setor independente”, “setor voluntário”, “organizações não governamentais”, “economia social”, “filantropia” etc., o que influencia negativamente em pesquisas que propõe estabelecer relações de semelhança entre os setores, em cada país (DIMAGGIO; ANHEIER, 1990; SALAMON; ANHEIER, 1992 apud ALVES, 2002).

O terceiro setor vem crescendo com o passar dos anos, conforme pesquisa do IBGE e outras instituições, sendo mais conhecido pela sociedade, através das suas ações de impacto social, nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, meio ambientes, entre outros.

Pesquisas realizadas pelo mesmo instituto em 2016 apontam que 3,9% da população realizam trabalhos voluntários, sendo que 81,5% realizam essas atividades em instituições religiosas; quanto aos 12,5% se dividem entre associações, asilos e ONG's. Com estes números é perceptível a colaboração dessas entidades para o bem-estar social (IBGE, 2018), destacando-se ainda na economia, pela geração de empregos e recursos que movimenta, devido à grande quantidade de entidades que se desenvolve no país, tentando suprir as necessidades sociais, que o Estado não alcança; mas, isso não implica que essas instituições não buscam o lucro, pois ele é um meio necessário para a manutenção e continuidade delas.

3.2 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, CONTABILIDADE E GESTÃO

O fato da finalidade não lucrativa das organizações religiosas não significa que elas não busquem um resultado positivo, até porque existem diversos compromissos, como por exemplo: manutenção da entidade, energia elétrica, água, telefone, utensílios, móveis, equipamentos eletrônicos, salário de funcionários, férias remuneradas, encargos sociais, plano de saúde, e outros gastos como os de

manutenção, e objetivos religiosos e assistenciais a serem alcançados, necessitando, para tanto, que haja sobra de recursos. Assim, para sustentar uma igreja é necessário haver recursos financeiros e estes recursos vêm diretamente dos fiéis em forma de captação de recursos por dois meios principais, dízimos e ofertas voluntárias (BERNARDO, 2010).

Nas Instituições Religiosas as atividades administrativas desenvolvidas são aquelas dirigidas aos assuntos financeiros e administrativos. A administração econômica entra como meio, necessário e indispensável para a concretização das atividades. Tanto a administração financeira quanto a econômica deve estar integrada, formando uma unidade, tendo em vista os fins almejados. Para compreender melhor esta pesquisa é necessário que haja uma apresentação de conceitos que tratam do terceiro setor e da contabilidade específica aplicada ao setor em questão, e ainda sobre a legislação que rege o terceiro setor.

Para a gerência desses recursos é eleito, ou nomeado, um tesoureiro que tem o dever de fazer os registros dessas entradas e a destinação de seu uso. Os valores arrecadados são destinados ao funcionamento e manutenção das atividades e dos trabalhos desenvolvidos pela igreja. Igualmente, deve também, registrar na sua contabilidade, de forma discriminada, os valores aplicados em gratuidade, bem como o valor correspondente à isenção das contribuições previdenciárias a que fizer jus. Portanto, todos os meses a contabilidade de igreja deve ser feita, para isso, os dirigentes desses templos devem enviar ao contador toda a sua movimentação financeira e informações trabalhistas para que sejam registradas em livros obrigatórios. Diante disso, o contador fará o cálculo de taxas, elaboração de livros, demonstrações contábeis e a entrega das obrigações acessórias na área fiscal, contábil e trabalhista. (blog contabilidade de igreja /2020)

As igrejas precisam manter a contabilidade em dia para ter o direito à imunidade perante o fisco federal. Como anteriormente não havia fiscalização, as igrejas entregavam apenas a DIPJ (Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica).

Visando melhorar a fiscalização sobre as igrejas, a Receita Federal editou a Instrução Normativa 1420/2013 e a partir de 1º de janeiro de 2014, todas as igrejas foram obrigadas a ter a contabilidade em dia e adotarem a ECD (Escrituração Contábil Digital). Sem a ECD, as igrejas ficam impossibilitadas de entregar a DIPJ, ou a EFD (Escrituração Fiscal Digital), ficando sujeitas às penalidades da legislação.

Nesse sentido, as instituições religiosas são semelhantes, em alguns aspectos, às demais entidades empresariais, necessitando, assim, de ferramentas de controle e de análise de resultados, de forma a dar maior eficiência aos seus processos. Cabe, portanto, à contabilidade dar suporte a essas organizações. A contabilidade torna-se obrigatória e necessária para a prestação de contas perante aos membros, como também para fins de isenção do Imposto de Renda.

Para a contabilidade das instituições sem fins lucrativos o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução nº 1409/2012 que aprovou a ITG 2002- Entidades sem finalidade de lucros; a resolução explica que se aplicam a contabilidade dessas instituições os princípios de contabilidade, a própria ITG 2002, a NBC TG 1000- Contabilidade para pequenas e médias empresas ou as normas International Financial Reporting Standards (IFRS) completas que não forem abordados da ITG 2002.

As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros, são:

- Balanço Patrimonial,
- Demonstração do Resultado do Período
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável (CFC, 2012).

Uma das particularidades dessas instituições diz respeito à titulação das contas: no Balanço Patrimonial a denominação da conta capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídos por superávit ou déficit do período (CFC, 2012)-se que o objetivo da ITG 2002 (CFC, 2012) é “estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das

demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros”.

No trabalho desenvolvido por Stephano e Buesa (2013) sobre contabilidade no terceiro setor com enfoque nas igrejas de Cotia e Itapevi, foi encontrado que 25% das instituições realizavam a escrituração contábil na própria igreja e 75% em escritórios terceirizados. De acordo com Slomski, et al. (2012) a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis têm como propósito a representação da estrutura e da posição patrimonial.

3.3 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS COMO PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO

De acordo com a lei, Art. 1º, as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-os de alterar seus estatutos no prazo previsto pelo art. 2.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

As instituições religiosas são entidades sem fins lucrativos, inseridas ao terceiro setor, que desempenha importantes papéis perante a sociedade, pois visa ajudar o bem comum (ARRUDA et al, 2013). São entidades sem fins lucrativos que professam culto de qualquer credo.

No entendimento de “templos de qualquer culto”, fica clara a utilização de um espaço físico onde se realizam os cultos. Conforme menciona Alexandre (2010) a imunidade não se aplica apenas ao prédio, onde seriam isentadas apenas as cobranças de IPTU ou ITR, porém se aplica na organização como um todo, caso contrário estariam sob os efeitos de cobrança do imposto de renda sobre as oferendas ou de prestação de serviços pagos sobre a celebração de casamentos.

As Organizações Religiosas devem ser entendidas como pessoas jurídicas de direito privado, que têm por finalidade a atividade religiosa como também o direito de autorregulamentação e a escolha de serem criadas, organizadas e estruturadas livremente e qual a melhor forma de funcionamento, podendo assumir a estrutura interna e a forma de administração eclesiástica que os seus membros e

organizadores escolherem, seguindo uma estrutura jurídica na sua constituição estatutária.

De acordo com o Novo Código Civil Brasileiro em seu art. 44, expressa que as organizações religiosas:

São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. (BRASIL, 2002, p.44).

Nas Instituições Religiosas as atividades administrativas desenvolvidas são aquelas dirigidas aos assuntos financeiros e administrativos. A administração econômica entra como meio, necessário e indispensável para a concretização das atividades. Esta dupla dimensão da administração deve estar integrada, formando uma unidade, tendo em vista os fins almejados. Para compreender melhor esta pesquisa é necessário que haja uma apresentação de conceitos que tratam do terceiro setor e da contabilidade específica aplicada ao setor em questão, e ainda sobre a legislação que rege o terceiro setor.

O Código Civil em seu inciso IV artigo 44 estabelece que as organizações religiosas sejam pessoas jurídicas de direito privado, necessitando assim, obrigatoriamente seu registro no Cartório de Pessoa Jurídica.

Apesar disso, as mesmas não estão livres de seguir uma estruturação jurídica na elaboração de seu estatuto, usando como referência as instituições que se assemelham às Associações Civas (ARAÚJO, 2005).

Além disso, o artigo 44 do Código Civil em seu inciso IV estabelece que as organizações religiosas sejam pessoas jurídicas de direito privado, necessitando assim, obrigatoriamente seu registro no cartório (SALES, 2013).

A partir do registro no Cartório, a igreja obrigatoriamente terá que ter alguns documentos e atender algumas obrigações instituídas por lei.

3.4 IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA NO TERCEIRO SETOR

Imunidade e isenção muitas vezes são confundidas. Por isso é importante ressaltar a diferença entre os termos. A princípio, é importante ressaltar que nenhuma entidade é imune e isenta; ela pode ser imune ou isenta e, para isso, é fundamental entendermos a diferença existente entre as duas situações:

Segundo Letícia Gonçalves: “a imunidade é uma hipótese de não incidência tributária constitucionalmente qualificada. É uma limitação constitucional ao poder de tributar. Já a isenção pode ser considerada uma hipótese de não incidência legalmente qualificada ou a dispensa legal do pagamento de determinado tributo devido” A Constituição Federal de 1988 institui que as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos são imunes. A cobrança de impostos fica, então, vedada a essas entidades. A imunidade tributária só poderá ser concedida pelo ente federativo que institui e regulamenta o tributo, que pode ser a União, os Estados ou Municípios.

A isenção tributária é a dispensa do tributo, ou seja, existe a obrigação tributária, porém por determinação de Lei, é dispensado o pagamento do tributo. O Código Tributário Nacional (CTN) menciona a respeito da isenção nos artigos 176, 177 e 178.

A principal distinção entre isenção e imunidade é que a isenção é a retirada, mediante lei, da possibilidade de tributar, ou seja, o estado pode exercer a tributação, se deseja-lo. Já a imunidade é a impossibilidade originária de tributação, isto porque a CF/88 não deu possibilidade/competência para o estado tributar sobre aquele fato.

No caso da imunidade, não existe a obrigação tributária, já no caso da isenção, há incidência do tributo, porém existe também a dispensa do pagamento, conforme ilustra o quadro abaixo:

TABELA 1 - IMUNIDADE x ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

ENTIDADE	IMUNIDADE	ISENÇÃO
ONGS	Imune se cumprir os requisitos estabelecidos no art. 14 do CTN	Isenta se estiver enquadrada nas condições da Lei 9.532/97.
Fundações	Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.	Fundações instituídas e mantidas pela pessoa jurídica privada, enquadrando-se nas condições da Lei 9.532/97.
Associações	Se cumprir os requisitos estabelecidos no art. 14 do CTN.	Quando enquadrar-se nas condições da Lei 9.532/97.

Sindicatos	Sindicatos dos empregados.	Os sindicatos dos empregadores, caso cumpram o estatuído da Lei 9.532/97.
------------	----------------------------	---

Fonte: elaboração própria baseada em: www.portaltributario.com.br

3.4.1 Isenção tributária nas instituições religiosas

Nem todas as entidades do terceiro setor, mesmo as que pratiquem ações sociais e filantrópicas, têm isenção total de tributos, pois a isenção pode ser total ou parcial, dependendo do cumprimento de determinados aspectos específicos da regulamentação. Muitos acham que a instituição chamada igreja / entidades imunes ou isentas não tem obrigações, entendem erroneamente que ela não precisa ser aberta juridicamente e nem se manter registros contábeis.

Conforme prescrito em Lei Federal é vedada a cobrança de impostos Federais, Estaduais e Municipais para entidades do terceiro setor.

“Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] VI - instituir impostos sobre: [...] b) templos de qualquer culto; [...]” (CF 1988).

O mesmo artigo da Constituição Federal declara que os templos de qualquer culto são imunes de impostos federais, estaduais e municipais e, para gozar da imunidade, ela deve obedecer às exigências fiscais, caso contrário estará sujeito a cobranças dos impostos instituídos.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisa é definida segundo Gil (2008, p.17) “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Trata-se de uma investigação detalhada, baseada em definições objetivas e lógicas, bem definidos e organizados, visando entender com precisão algum aspecto da realidade.

Tipo de Pesquisa: Bibliométrica e Análise de Conteúdo do perfil das publicações na área de contabilidade e gestão no terceiro setor e nas instituições religiosas, identificando nos periódicos de contabilidade nacionais, com classificação Qualis B3, B2, B1, A2 e A1, artigos científicos relacionados à contabilidade e gestão no terceiro setor no período de 2010 a 2021;

Quanto aos objetivos este estudo se classifica como descritivo, por apresentar os dados das publicações e evidenciar o perfil das publicações científicas na área de contabilidade e gestão no terceiro setor, com base na pesquisa bibliométrica. A pesquisa descritiva “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”, conforme descreve Gil (2008, p. 42).

Quanto à abordagem do problema esta pesquisa se caracteriza como qualitativo. Para operacionalizar as buscas, optou-se pela coleta no sistema de buscas dos próprios periódicos utilizando as palavras “instituições religiosas”, “organizações religiosas” e “igrejas” nos títulos dos artigos. Nessa sistemática foi encontrado apenas um artigo com referência a igrejas(ver referências no Apêndice I).

A Tabela 2 mostra a lista de periódicos classificados com qualis B3 até A2. A busca foi efetuada no período de 2010 até 2021 (números disponíveis nos periódicos).

TABELA 2 – PERÍODICOS DE CONTABILIDADE CLASSIFICADOS COM QUALIS B3 A A2

ISQN	Título	Classificação
0103-734X	Contabilidade Vista & Revista	A2
1808-057X	Revista Contabilidade e Finanças	A2

2175-8069	Revista Contemporânea de Contabilidade	A2
1982-6486	Revista de Contabilidade e Organizações	A2
1809-3337	Revista Universo Contábil	A2
1984-8196	BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	B1
1517-9087	Enfoque: Reflexão Contábil	B1
1981-8610	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC	B1
1516-7011	UnB Contábil	B1
1519-0412	Pensar Contábil	B2
2237-3667	REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	B2
2237-7662	Revista Catarinense da Ciência Contábil	B2
1984-3291	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	B2
2238-5320	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B2
1982-7342	Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)	B2
2236-0263	Tecnologias de Administração e Contabilidade	B2
2179-4936	RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia	B3
2178-7638	RACEF: Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	B3
1984-6266	RC&C Revista de Contabilidade e Controladoria	B3
2176-9036	Revista Ambiente Contábil	B3
2318-1001	Revista Evidenciação Contábil & Finanças	B3
2446-9114	Revista Mineira de Contabilidade	B3

Fonte: elaboração própria, a partir do site www.periodicos.capes.gov.br

Tendo em vista não ter encontrado nenhuma resposta nos Periódicos Qualis A2 a B3, optou-se por estender a busca para a Spell.org. br utilizando os mesmos termos de busca, nos títulos dos periódicos. Nesse caso foram encontrados 8 (oito) artigos nas revistas listadas na Spell, com assuntos relacionados a administração que tangenciam áreas de pesquisas em ciências contábeis. Por fim, buscaram-se os termos nos eventos de contabilidade (Congresso USP, Anpcont e Enampad) utilizando as mesmas palavras direcionadoras e encontrou-se 2 (dois) artigos.

A Tabela 3 resume o número de artigos encontrados por sistemática de busca e ano de publicação.

TABELA 3 – N° DE ARTIGOS POR SISTEMA DE BUSCA (LOCAL)

Local	N° de artigos
Periódicos Qualis A2 a B3	0
Eventos de contabilidade	2
Spell	8
TOTAL	10

Fonte: elaboração própria

A seguir, no próximo tópico, foi feita a análise dos resultados baseada nos artigos encontrados conforme metodologia explicada anteriormente.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS*

Neste tópico, analisam-se através dos resultados expostos nas tabelas 4 e 5 as características da produção científica de instituições religiosas na área de contabilidade. A Tabela 4 apresenta o resultado da busca em eventos de contabilidade, nos congressos ANPCONT, USP e ENAMPAD. Como é possível observar, apenas 2 (dois) artigos foram encontrados no ANPCONT.

Foram feitas pesquisas qualitativa e de abordagem positivista, ambas sendo de estudo de caso único com as finalidades de propor um modelo de avaliação do estágio de institucionalização do orçamento para as instituições religiosas e indicar os fatores explicativos da obtenção de receitas com dízimo de uma igreja católica.

TABELA 4– BUSCA POR EVENTOS DE CONTABILIDADE

Local	Autor (Ano)	Objetivo	Método	Conclusão
ANPCONT	Pontulhak, Barros, Tarifa e Bezerra (2017)	Indicar os fatores explicativos da obtenção de receitas com dízimo de uma igreja católica de Curitiba, Paraná.	Pesquisa de abordagem positivista, na qual se empreendeu um estudo de caso único comum. A partir do marco teórico e empírico apresentado acerca dos aspectos de contabilidade gerencial aplicados a entidades do terceiro setor e religiosas, coleta de dados sobre as receitas com dízimo obtidas pela entidade objeto de estudo, entrevista com o responsável pelas funções financeiras e observação participante, foram estabelecidas as variáveis para as análises quantitativas dos dados.	Os resultados indicaram a relevância estatística de variáveis relacionadas a características específicas do funcionamento da instituição para a arrecadação de dízimo, como a variável “domingos” (quantidade de domingos no mês) e a ausência de relevância estatística de variáveis externas como “inflação” (período de inflação) e “recessão” (período de recessão econômica). A relevância estatística da autocorrelação com a arrecadação de períodos anteriores, fator que também sugere que as características individuais dos doadores, sobretudo fiéis de maior faixa

				etária e aposentados, podem estar relacionadas com a menor relevância de fatores externos, são contribuições oferecidas por este estudo de caso.
ANPCONT	Santos, Parisi, Slavov Russo (2019)	e	Propor um modelo de avaliação do estágio de institucionalização do orçamento para as instituições religiosas.	Pesquisa qualitativa, por meio de um de estudo de caso único em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pertencente ao terceiro setor, de caráter religioso. Os métodos de coleta de dados foram a análise documental, entrevistas com os gestores responsáveis por todas as etapas que envolvem o orçamento e questionários para os gerentes de departamentos. As análises apontaram aspectos cerimoniais na utilização do orçamento, a sua baixa difusão e a existência de forte isomorfismo normativo, devido a controladora determinar o uso do orçamento a todas as controladas através do Regulamento Eclesiástico Administrativo (REA). Dada a percepção de um baixo nível de contradições institucionais pode se considerar que a institucionalização do uso do orçamento se deu por legitimidade, que analisada segundo os pilares Regulatório e Normativo houve institucionalização do artefato, o que indica que a institucionalização do orçamento foi parcialmente bem-sucedida.

Fonte: elaboração própria

Por fim, a Tabela 5 apresenta o resultado da busca na base de dados SPELL. O objetivo aqui foi verificar se artigos com temas contábeis, publicados em periódicos de administração e gestão evidenciam o tema de instituições religiosas.

Observa-se que 8 (oito) artigos foram encontrados com temas que tangenciam a pesquisa contábil em instituições religiosas.

TABELA 5– BUSCA SPELL

Local	Autor (Ano)	Objetivo	Método	Conclusão
Cadernos EBAPE.BR	Serafim Andion (2010)	Evidenciar como as organizações religiosas podem ser geradoras de capital social, na medida em que estabelecem relações sociais que beneficiam a ação de seus membros-empresendedores	Estudo de caso qualitativo e comparativo de duas organizações religiosas brasileiras: uma evangélica (Igreja Renascer em Cristo) e outra católica (Movimento dos Focolares). Os dados foram coletados por meio de observação, entrevistas e pesquisa documental.	As estruturas religiosas das organizações investigadas formam um tipo especial de capital social, denominado capital espiritual (porque de origem religiosa) – por meio de “fechamento” de redes sociais, organização social apropriada, obrigações e normas, canais de informações, estruturas de plausibilidade e redes religiosas de ajuda mútua. Evidenciamos características específicas do capital espiritual que não são suficientemente abordadas pelas teorias do capital social, como a formulada por Coleman. Por fim, identificamos diferenças e semelhanças de formação de capital espiritual nas organizações religiosas investigadas, tendo como foco o comportamento do empreendedor-membro.
Revista de Negócios	Serafim e Alperstedt (2012)	Propor a abordagem denominada teoria dos stakeholders para analisar as mudanças nas organizações religiosas.	Proposta de modelo de mudança organizacional.	Apoiados na teoria dos stakeholders, nos argumentos de Berger (2004) e no modelo de Phillips (2007), os autorespropõem um modelo para a análise das relações entre as organizações religiosas e seus stakeholders, respondendo positivamente à pergunta formulada

				sobre a possibilidade de utilização da teoria dos stakeholders para organizações religiosas.
ERA	Serafim, Marques e Rodrigues (2012)	Investigar mecanismos de apoio ao empreendedorismo proporcionados por organizações religiosas.	Foram pesquisadas duas organizações, uma católica e outra evangélica, por meio de estudo de caso qualitativo. A análise comparativa baseou-se em três dimensões específicas do apoio ao empreendedorismo que emergiram na própria pesquisa de campo e que denominamos espaços de informação, formação e motivação.	Os resultados do trabalho indicam uma confluência entre os dois casos: o pertencimento às igrejas resulta na formação de capital social orientado para as várias dimensões econômicas e no reforço religioso à motivação econômica. As diferenças, contudo, encontram-se na representação religiosa do significado do sucesso econômico e na articulação e fechamento de suas respectivas redes social.
Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE	Correa (2017)	Investigar a dinâmica do acoplamento e desacoplamento sociais a partir do contexto do empreendedorismo religioso.	Natureza teórico-empírico	Projeta luz para novas reflexões teóricas, avançando na literatura sobre acoplamento e desacoplamento sociais.
RAC	Corrêa e Vale (2017)	Analisar algumas dimensões do fenômeno religioso brasileiro, à luz de proposições presentes na abordagem da escolha racional da religião, trazendo, para primeiro plano, a temática das igrejas evangélicas como empreendimentos religiosos.	Teórico-reflexiva	Espera-se que o presente artigo, apesar de eventuais limitações, possa ajudar no nascimento de novas reflexões, análises e pesquisas na área.
Revista Ibero-americana de Estratégia	Murtinho, Castilho e Urdan (2018)	Investigar o contexto e as especificidades do declínio da Igreja Universal do Reino de Deus no período entre 2000 e 2010.	Estudo de caso, com descrição e suporte bibliográfico.	Os resultados sugerem como motivos para a decaída da IURD a mudança do perfil de sua liderança, a concorrência acirrada de igrejas com características

				similares e mais novas (em especial, a Igreja Mundial do Poder de Deus), e o crescimento de fiéis evangélicos “genéricos” e das pessoas sem religião.
Revista Gestão e Planejamento	Maia e Garcia (2019)	Descrever um processo de implantação do Planejamento Estratégico junto a uma igreja protestante brasileira típica.	Pesquisa-ação.	Os resultados alcançados atestam, para condições similares a dessa pesquisa, a viabilidade do modelo de PE utilizado e da forma de implantação descrita.
Contexto	Chaves (2021)	Analisar a percepção dos membros de igrejas evangélicas sobre a aplicabilidade de princípios de gestão e accountability.	Foram aplicados 148 questionários com membros de diversas denominações evangélicas sobre ferramentas que promovem o accountability em organizações. Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa.	Os resultados evidenciam que os membros consideram que as igrejas evangélicas disponibilizam informações através de relatórios contábeis e prestam conta de suas ações para a comunidade. Entretanto, muitas vezes as igrejas não incentivam a participação e limitam os canais comunicacionais, não utilizando novas ferramentas tecnológicas para essa interação.

Fonte: elaboração própria

Na tabela 5, podemos identificar artigos com características de estudo de caso qualitativo, quantitativo e comparativo, estudo de natureza teórico empírica, Teórico-reflexiva, estudo de caso com descrição e suporte bibliográfico e pesquisa-ação e análise qualitativa e quantitativa. . Estes artigos foram escritos por 1 (um), 2 (dois) e até 3 (três) autores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade tornou-se necessária no nosso cotidiano principalmente no mercado de trabalho. Ao longo dos anos, a área de atuação do profissional contábil sofreu uma notável ampliação, propiciando ao contador atividades diversificadas em que pode atuar. Porém, a maioria desses profissionais atua em organizações dos primeiro e segundo setor. Essa realidade não é apenas na área de trabalho, mas estende-se também às pesquisas voltadas ao terceiro setor, especificamente às instituições religiosas cujo trabalho tem seu foco.

No Brasil, apesar dessas contribuições serem um meio considerável de recursos para a maioria dessas entidades, estudos que investigam a fundo a importância da contabilidade na contabilidade de instituições religiosas são insuficientes.

Foi verificado que as informações encontradas num intervalo de 2010 a 2021, foram poucas. Nos Periódicos Qualis A2 a B3, não foi encontrado nenhum artigo publicado no período acima citado; nos eventos de contabilidade, 2(duas) publicações e na plataforma Spell, 8 (oito) apenas.

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE² em 2016, as instituições religiosas correspondem a 35,1% de representatividade no FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos). É necessário considerar a relevância e a estabilidade das instituições religiosas dentro do terceiro setor.

A principal sugestão p pesquisa seria um olhar mais atento ao assunto; por isso é importante que tenhamos mais pesquisas, ampliação de estudos, capacitação e um suporte adequado aos profissionais contábeis para atuarem no setor para que possam contribuir nessas entidades com eficiência, auxiliando-as no gerenciamento das tais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ezequias Lima. **A contabilidade financeira como ferramenta de gestão em uma entidade sem fins lucrativos: um estudo de caso em uma instituição religiosa no Sul Maranhense**. Revista Científica: Faculdade de Balsas, Balsas, v. 8, n. 1, p.32-43, 2017. Disponível em: Acesso em: 27 nov. 2019.

ARRUDA, Leila Lucia, et al. **Ferramenta de contabilidade gerencial no terceiro setor: um estudo de caso comparativo entre as WWF Brasil e Itália**. Revista Ibero-americana: de Contabilidad de Gestión, Paraná, v. XI, n.22, p.01-21, jul./dez 2013. Disponível em: Acesso em: 25 nov. 2019.

BATANA, Simone Pires Ferreira de Ferreira. **As Organizações Da Sociedade Civil Como Instrumento De Aperfeiçoamento Da Democracia Brasileira Na Atualidade: Uma Análise A Partir Da Lei Nº. 13.019/14**. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: Acesso em 28 de nov. de 2019.

BERNARDO, Josiane Janir. **Controle financeiro: Métodos utilizados por uma organização religiosa**. 2010. 92 f. Monografia - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: Acesso em: 28 nov. 2019.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. Disponível em: Acesso em: 28 nov. 2019.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas:** trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PANCERI, Regina. **Terceiro setor: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos.** 2001. 266 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SALES, Domingos Sávio de Oliveira. **A contabilidade de instituições religiosas: um estudo de caso na Arquidiocese de Natal.** 2013. 50 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Natal / RN, 2013. Disponível em: Acesso em: 27 nov. 2019.

SILVA, Viviane da. **Demonstrações contábeis e obrigações tributárias em uma instituição do terceiro setor.** 2009. 79 fls. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SLOMSKI, V. et al. **Contabilidade do Terceiro Setor: Uma abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas.** São Paulo: Atlas, 2012.

STEPHANO, J. Y. K.; BUESA, N. Y. **Contabilidade do Terceiro Setor Enfoque na Contabilidade das Igrejas de Cotia e Itapevi.** Revista Eletrônica Gestão e Negócios, v. 4, n.1, p.1-34, 2013.

Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/itg-2002-cfc-publica-mudancas-na-contabilidade-do-terceiro-setor/> acesso em 03/02/2020

Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/> acesso em 03/02/2020

Disponível em: jleticiagoncalves.jusbrasil.com.br. Acesso em 20/11/2021

Disponível em: www.escolaaberta3setor.org.br/post/conceito-de-terceiro-setor . Acesso em 20/11/2021

Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/497/contabilidade-de-organizacoes-religiosas/> acesso em: 22/11/2020

Disponível em www.spell.org.br/documentos/ver/48378/empreendedorismo-e-vinculacao-social--analise-a-partir-de-organizacoes-religiosas-. Acesso em: 20/11/2020

Disponível em : revista de negócios; Publicado em 30.06.2012. Organização responsável pelo periódico: FURB Universidade de Blumenau (www.furb.br/rn). Acesso em: 20/11/2020

Disponível em : www.scielo.br/j/cebape/a/krcGr4WLKPvFD7zNhP9vYYf/?lang=pt. Acesso em: 20/11/2020

Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac> RAC, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, art. 1, pp. 1-18, Jan./Fev. 2017; Acesso em: 20/11/2020

Disponível em: [even3. Blob.core.windows.net/anais/61539.pdf](http://even3.blob.core.windows.net/anais/61539.pdf). Acesso em 20/11/2021

Disponível em: revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3498; v. 20, jan./dez. 2019 > Acesso em: 20/11/2020

Disponível em: www.anpad.org.br/rac; RAC, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, art. 1, pp. 1-18, Jan./Fev. 2017. Acesso em: 20/11/2020

Disponível em: www.portaltributario.com.br/artigos/imunidadesisencoes.html, Acesso em 03/02/2020

Disponível em: www.scielo.br/j/rae/a/hFrKjNK5BxpBdDwzLrgqxGK/abstract/?lang=pt Acesso em: 20/11/2020

Disponível em: www.senhorcontabil.com.br/blog/contabilidade-de-igreja/ dez. 2020

Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver/63533/a-gestao-e-accountability--um-estudo-sobre-a-pe--- . Acesso em: 20/11/2020

APÊNDICE I

REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS UTILIZADOS NO ESTUDO

BUSCA	REFERÊNCIAS
Eventos de contabilidade	SANTOS, Diego Henrique Moreiras; SLAVOV, Tiago Nascimento Borges; RUSSO, Paschoal Tadeu. CCG127 - RELIGIÃO & CONTABILIDADE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO EM UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA. Disponível em: anpcont.org.br/pdf/2019_CCG127.pdf
Eventos de contabilidade	PORTULHAK, Henrique; BARROS, Cláudio Marcelo Edwards; TARIFA, Marcelo Resquetti; BEZERRA, Cícero Aparecido. FATORES EXPLICATIVOS DAS RECEITAS COM DÍZIMO DE UMA IGREJA CATÓLICA DE CURITIBA (PR). Disponível em: anpcont.org.br/pdf/2017/CPT890.pdf
SPELL	CHAVES, Adller Moreira. A GESTÃO E ACCOUNTABILITY: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DE IGREJAS EVANGÉLICAS. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver/63533
SPELL	CORREA, Victor Silva; VALEL, Gláucia Maria Vasconcellos. EMPREENDEDORISMO E VINCULAÇÃO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver/48378/empreendedorismo-e-vinculacao-social--analise-a-partir-de-organizacoes-religiosas-
SPELL	MAIA, Matheus Cardozo, GARCIA, Leonardo Guimarães. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NUMA IGREJA PROTESTANTE BRASILEIRA: ESTUDO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO POR MEIO DA PESQUISA-AÇÃO. Disponível em: revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3498 .
SPELL	SERAFIM, Mauricio Custódio; ALPERSTEDT, Graziela Dias. AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E SUAS RELAÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DOS STAKEHOLDERS. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver/7930/as-organizacoes-religiosas-e-suas-relacoes--uma-analise-a-partir-da-teoria-dos-stakeholders
SPELL	SERAFIM, Mauricio Custódio; ANDION, Carolina. CAPITAL ESPIRITUAL E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS: EMPREENDEDORISMO EM ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver/1187/capital-espiritual-e-as-relacoes-economicas--emempreendedorismo-em-organizacoes-religiosas

SPELL	SERAFIM, Mauricio Custódio; MARTES, Ana Cristina Braga; RODRIGUEZ, Carlos L. Rodriguez. "Segurando na mão de Deus": organizações religiosas e apoio ao empreendedorismo. Disponível em: www.scielo.br/j/rae/a/hFrKjNK5BxpBdDwzLrgqxGK/abstract/?lang=pt
*SPELL	CORREA, Victor Silva; VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. AÇÃO ECONÔMICA E RELIGIÃO: IGREJAS COMO EMPREENDIMENTOS NO BRASIL. Disponível em: www.scielo.br/j/rac/a/x5tKnwtVqLBhqF4fT4RXttR/abstract/?lang=pt
SPELL	CORREA, Victor Silva. EMPREENDEDORISMO E VINCULAÇÃO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver/48378/empreendedorismo-e-vinculacao-social--analise-a-partir-de-organizacoes-religiosas-